

TREVO S.A. GRUPO LUXMA

CAZETA AFRICANA

Ass. Const

pg 5

Plenário definirá os limites do poder da Assembléia

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O princípio filosófico de direito sobre qual a extensão do Poder Constituinte, debatido quase sempre somente na doutrina, deverá tornar-se a questão prática mais urgente a ser decidida nos próximos dias pela Assembléia Nacional Constituinte.

O plenário, através de ato constitucional, deverá fixar se a Constituinte, como poder originário e criador do direito, poderá interferir nas normas constitucionais vigentes, decidindo, inclusive, pela sua revogação, ou se tem poder apenas para elaborar a nova Constituição, cujas normas entrarão em vigor apenas depois de sua promulgação.

Os partidos ainda não têm uma posição definitiva sobre a questão. "No PDS discutiu-se muito", afirmou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Para o senador, a Constituinte é livre e soberana para decidir sobre qualquer tema a ser inserido na Constituição. Porém, elas só terão validade quando entrarem em vigor. "Quando a Constituição estiver pronta, nós poderemos dormir na República e acordar na Monarquia", exemplificou Passarinho. Mas antes disso, "temos uma Constituição que está em vigor e deve ser cumprida, sob pena de se fazer uma reforma constitucional a conta-gotas", disse.

No Senado não há ainda uma posição oficial sobre a questão, mas é consenso de que a Constituinte é soberana para decidir somente so-

bre a nova Constituição, afirmou o líder do PFL senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). As leis em vigor podem ser mudadas através da via congressual, por votação de dois terços dos senadores e deputados, disse o líder do PFL.

Se a questão é consenso no Senado, o mesmo não ocorre no PMDB. A bancada pemedebista do Rio Grande do Sul defende que a Constituinte seria soberana inclusive para modificar as leis atuais. A deputada Bete Mendes (PMDB-SP) discorda. Para ela, deixar a Constituinte decidir somente sobre a futura Constituição não significa uma restrição à sua soberania. O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) explicou que a Constituinte tem o caráter de poder originário, que sobre tudo legisla, quando há uma ruptura da ordem jurídica, o fim das instituições, esse processo ocorre, por exemplo, nas revoluções sociais". Este não é o nosso caso. Não houve ruptura. Temos as instituições vigorando, explicou. A tarefa da Constituinte, na sua opinião, será a de fazer a nova Carta, esta sim, poderá reformar a atual ordem jurídica, mas somente quando entrar em vigor.

"Não existe soberania que comece daqui a pouco", afirmou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Segundo ele, esta é a opinião dos membros do PT, a Constituinte pode tudo, é um poder soberano, que decide a partir do momento de sua instalação qual a nova ordem jurídica brasileira.

Garcia e Temporal vêm riscos na economia

por Eimar Magalhães de Belo Horizonte

Sem a solução dos problemas conjunturais que "desorganizaram a vida econômica do País e deixaram paralisados os empresários", existe o risco de que o Congresso produza uma Constituição de crise, afirmou o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal. "Se a nova Carta for redigida dentro de um cenário de crise, ela será casulística, estará voltada apenas para o imediato", sentenciou.

O empresário mostra-se preocupado com a atual fase econômica do Brasil e mencionou que os sinais da crise podem ser perfeitamente identificados a partir da tentativa frustrada de negociação da trégua entre governo, empresários e trabalhadores. Em sua opinião, o governo não poderia, nesse episódio, assumir a posição de árbitro das questões, uma vez que é sua a responsabilidade pelo desacerto instalado desde o final do ano passado.

"Ou vamos para a Constituinte com a casa arrumada, com as condições necessárias para a redação da Carta ou estaremos condenados a partir para a nova Constituição em futuro bem próximo", disse Temporal.

Ele manifestou sua discordância com as medidas em discussão no governo para tratamento da chamada "crise conjuntural" e mencionou que o realinhamento de preços, da maneira como foi anunciado (aumentos variáveis entre 20 e 30%), será ineficaz. O presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, ainda que contrário ao tabelamento dos juros, assinalou que as autoridades devem tomar providências para conter as altas taxas — em sua opinião, a necessidade de recursos para financiar o déficit público é a grande alimentadora dos juros.

"O empresariado está no escuro e quando fala em longo prazo para planejar seus negócios sabe que seu horizonte não pode ir além de uma semana. O governo não libera informações so-

bre o déficit público e nem sequer respondeu à sugestão que lhe fez a confederação para a formação de uma comissão de auditores, contabilistas e especialistas que, custeada pela entidade, se encarregaria de acompanhar seus gastos. E necessário que os números das contas oficiais sejam revelados à sociedade", queixou-se.

REUNIAO

O presidente da confederação e presidente e diretores de 26 associações estaduais do comércio do País estão reunidos em Belo Horizonte para iniciar a discussão das propostas a serem encaminhadas pelo segmento aos constituintes e, ao mesmo tempo, definir o que pode ser feito para resgatar o País da atual crise econômica.

Temporal salientou que as propostas amplas para a Constituição serão, de fato, agrupadas em documento a ser elaborado no 4º Congresso Nacional das Associações Comerciais, no final de abril, em Brasília.

O governador Hélio Garcia manifestou ontem seu temor de que os problemas da economia brasileira interfiram nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Para ele, os constituintes têm o dever de lutar para que isso não ocorra, pois, a seu ver, o País necessita de um regime democrático onde as crises têm de ser vencidas com competência. Sua expectativa é de que a futura Constituição seja duradoura, liberal e com grande dose de interesse social, para que este país caminhe firme no seu desenvolvimento.

Hélio Garcia, que ultimamente tem evitado aparecer em público, participou ontem de duas solenidades no Palácio da Liberdade, para assinatura de convênios com a mineradora MBR e com a Rede Ferroviária Federal. Bem-humorado, ele brincou com os repórteres sobre sua candidatura à Presidência da República, desconversando sobre a hipótese de disputar a vice-presidência, caso a Constituinte decida eleger um vice para o presidente Sarney.

Exército tem 4 oficiais para dar assessoria

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, informou ontem, que já estão à disposição dos constituintes quatro oficiais que integram a assessoria parlamentar do seu gabinete para prestarem todas as informações sobre essa unidade das Forças Armadas, sempre que solicitados. Reafirmou o ponto de vista contrário à alteração das normas que regulam o papel constitucional reservado à instituição, desde a Constituição de 1891.

Leônidas Pires disse ser fundamental que se en-

tenda que as Forças Armadas são instituições políticas, nacionais e se destinam à defesa da soberania, dos poderes constituídos, da lei e da ordem. As conceituações inseridas nos artigos da Constituição vigente são referendadas pela história republicana e assimiladas no acervo cultural da Nação".

O general explicou que o Exército, há muitos anos, vem fazendo o acompanhamento dos trabalhos legislativos e que, durante a Constituinte, dedicará uma atenção especial ao proces-

ANC 88

Pasta 01 a 04

fev/87

126